



ORIENTAÇÕES PARA NOVA GESTÃO

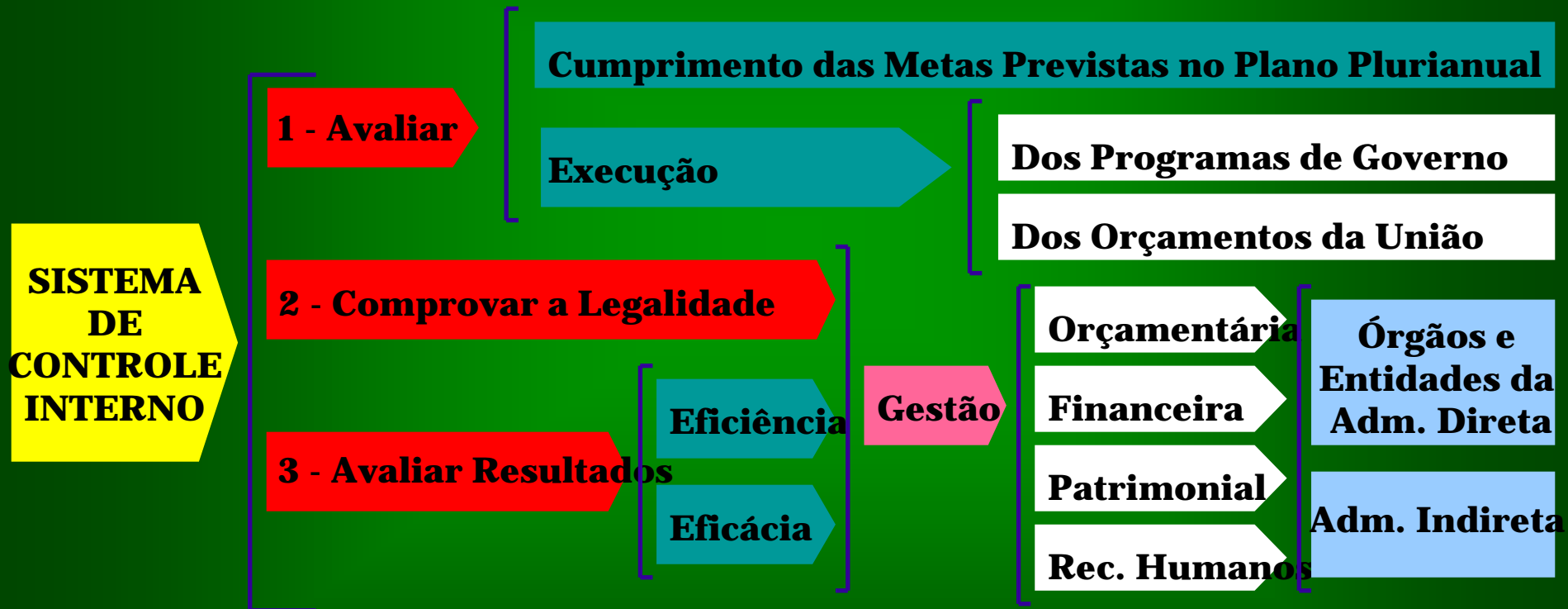
Sistema de Controle Interno na Esfera Municipal

Fundamento na Constituição Federal:

Art. 31 – A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo municipal, na forma da lei. *(grifo nosso)*

Finalidade do Sistema de Controle Interno

De acordo com a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL – Art. 74**



Sistema de Controle Interno

ESTRUTURA ORGÂNICA ADMINISTRATIVA

CONTROLE INTERNO



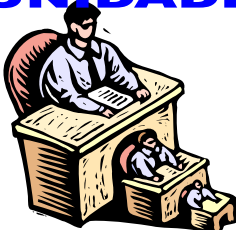
Poder-dever
de autotutela



CONSCIÊNCIA ADMINISTRATIVA

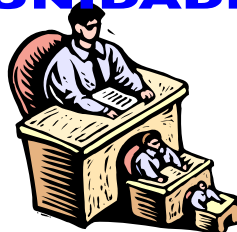
- poder-dever de agir
- poder-dever de autotutela
- poder-dever de prestar contas
- poder-dever de eficiência

UNIDADE



Sistema de Patrimônio
Sistema de Pessoal
Sistema de Almoхарifado
Sistema de Transportes

UNIDADE



Sistema de Orçamento
Sistema de Planejamento

UNIDADE



Sistema de Contabilidade
Sistema de Custos
Sistema de Qualidade

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

**INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/TO
Nº 08/2008, DE 29 DE OUTUBRO DE
2008.**

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Art. 1º. Fica instituído e regulamentado a remessa eletrônica via Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública – SICAP o módulo da Análise Conclusiva do Controle Interno – ACCI acerca do cumprimento da Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei Federal nº 8666/93 e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Parágrafo único. Entende-se como sistema de Controle Interno a coordenadoria, o órgão central, o setor ou o órgão colegiado responsável pela implementação, gestão e/ou coordenação do controle interno no Município.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Art. 2º. As informações e os dados a serem remetidos a este Tribunal de Contas, para os fins de que trata o art. 1º, referem-se à contabilidade e controles do órgão jurisdicionado, do cumprimento das prescrições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo atender o estabelecido nos Anexos I – Poder Executivo Municipal e II – Poder Legislativo Municipal, da presente Instrução Normativa.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Art. 3º. As informações e os dados da Análise Conclusiva do Controle Interno - ACCI deverão ser remetidos semestralmente, nos prazos e condições estabelecidos nos artigos 2º, § 1º e 4º da Instrução Normativa TCE/TO nº 008, de 12 de dezembro de 2007, concomitante com a 3ª e 6ª remessa do SICAP.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Art. 4º. A Análise Conclusiva do Controle Interno deverá ser assinada digitalmente em conformidade ao que dispõe o art. 7º da IN/TCE/TO nº 008, de 12 de dezembro de 2007 pelo responsável do Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Art. 5º. Os Manuais Técnicos, serão disponibilizados no site oficial deste Tribunal de Contas, e as possíveis modificações que se fizerem necessárias para o aperfeiçoamento do módulo ACCI – Análise Conclusiva do Controle Interno serão promovidas por meio de Portarias editadas pelo Presidente do Tribunal de Contas, com fornecimento e divulgação da nova versão.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Art. 6º. O Envio e os dados da Análise Conclusiva do Controle Interno – ACCI via SICAP é de responsabilidade do Controle Interno.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Parágrafo único. Caberá representação ao Ministério Público Estadual quando for constatada a ocorrência do crime tipificado no art. 313-A, do Código Penal, no sentido de “inserir ou facilitar, a inserção de dados falsos, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano”.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Art. 7º. O não atendimento às disposições desta Instrução Normativa, por qualquer dos Poderes do Município, constitui fator impeditivo da concessão das Certidões Liberatórias, para fins de habilitação ao recebimento de transferências voluntárias e realização de operações de crédito de qualquer natureza.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Art. 8º. As informações componentes da base de dados do módulo da Análise Conclusiva do Controle Interno – ACCI enviadas via SICAP servirão de subsídio para a realização das auditorias, análises das prestações de contas, verificação do atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e fatos que comprometem os resultados dos programas entre outros.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Parágrafo único. Os modelos de demonstrativos elaborados pelo Tribunal de Contas deverão ser preenchidos pelo responsável do Controle Interno e disponibilizá-los em PDF através do SICAP.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Art. 9º. A inobservância a qualquer dispositivo desta Instrução Normativa sujeitará o responsável à multa prevista no art. 39, IV da Lei nº 1.284 de 17 de dezembro de 2001 e 159, IV do Regimento Interno, sem prejuízo do disposto no § 2º do artigo 6º da Lei nº 1.284 de 17 de dezembro de 2001 e demais sanções cabíveis.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Art. 10. Compete ao responsável pelo Controle Interno apresentar justificativas e indicar as providências adotadas acerca das falhas, irregularidades ou ilegalidades constatadas, preenchendo o campo específico do anexo denominado “Nota Explicativa”.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de janeiro de 2009.

ANALISE CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO-ACCI

ANEXO 1 – PODER EXECUTIVO

ANEXO 1 – PODER EXECUTIVO

**Nome da
Entidade:** _____

CNPJ: _____

UNIDADE GESTORA: _____

**Possui Regime Próprio de Previdência Social -
RPPS? () SIM () NÃO**

Lei de Instituição do Controle Interno: _____

**Possui entidade da Administração Pública
Indireta? () SIM () NÃO**

ANEXO 1 – PODER EXECUTIVO

1) O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestre anterior, em audiência pública?

☐ SIM ☐ NÃO

ANEXO 1 – PODER EXECUTIVO

- 2) Onde foi realizada audiência pública? _____
- 3) A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF?
() SIM () NÃO
- 4) O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso?
() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

Nome da Entidade:

CNPJ:_____

Independente Financeiramente? () SIM
() NÃO

Lei de Instituição do Controle Interno

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

1) Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?

() SIM () NÃO

2) Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

3) Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

4) Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal?

() SIM () NÃO

5) Houve assunção de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato, de obrigação de despesa que não tenha sido cumprida integralmente no referido período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

6) Foi detectada ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência?

☐ SIM ☐ NÃO

7) Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores?

☐ SIM ☐ NÃO

7) Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

8) Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?

() SIM () NÃO

9) O Poder Legislativo recolhe aos cofres municipais os impostos retidos sobre pagamentos efetuados?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

10) Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade?

() SIM () NÃO

11) O Poder Legislativo possui quadro de pessoal próprio, instituído por lei?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

**12) O quantitativo de pessoal é
compatível com o quadro aprovado?**

() SIM () NÃO

**13) Os servidores foram admitidos
através de concurso público?**

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

14) Os documentos relativos ao concurso e os atos de nomeação/admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?

() SIM () NÃO

15) Existem servidores contratados por tempo determinado?

() SIM () NÃO

16) Os contratos estão autorizado por lei específica e motivos devidamente justificados?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

**17) A despesa com pessoal aumentou
nos últimos 180 dias do mandato?**

() SIM () NÃO

**18) Houve cumprimento do limite legal da
despesa com pessoal?**

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

**19) A Despesa Total com Pessoal
atingiu 90% do limite legal?**

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

**20) A Despesa Total com Pessoal excedeu
95% do limite legal?**

() SIM () NÃO

**21) Houve ocorrência de déficit financeiro
(passivo financeiro maior que ativo
financeiro)?**

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

22) Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

23) O Poder Legislativo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

24) O Poder Legislativo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

**25) Qual o número de vereadores da
localidade?**

**26) Qual o percentual além do subsídio é pago
ao vereador presidente da Câmara
Municipal?**

**27) O subsídio de cada vereador está de acordo
com o limite máximo estabelecido no art.
29, VI da Constituição Federal?**

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

28) O total de gastos com subsídio de vereadores obedeceu ao limite de até 5% da receita do município?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

29) O total da despesa com o Legislativo Municipal em relação à receita arrecadada do exercício anterior está de acordo com o art. 29-A da Constituição Federal?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

30) O total da despesa da folha de pagamento da Câmara Municipal foi inferior aos 70% do repasse ao Poder Legislativo?

() SIM () NÃO

31) O Poder Legislativo possui Comissão Permanente de Licitação regular?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

32) Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

33) Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

34) Houve análise e manifestação do responsável pelo controle interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

35) Todos os processos de realização de despesas são submetidos à análise do Controle Interno?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

36) Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados?

() SIM () NÃO

37) Houve despesas não empenhas de competência do referente período?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

38) No Poder Legislativo existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão e pagamento de diárias?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

38) No Poder Legislativo existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão e pagamento de diárias?

() SIM () NÃO

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

39) Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário acima:

ANEXO 2 – PODER LEGISLATIVO

40) NOTAS EXPLICATIVAS
(justificativas e indicação das
providências adotadas quanto as
falhas e irregularidades ou ilegalidades
constatadas):

MUITO OBRIGADO!

Edivaldo Gomes da Silva Sousa

Superintendente da Controladoria-Geral do Estado

(63) 3218 - 2429